

APONTAMENTOS EM RELAÇÃO ÀS FORMAS DE TRATAMENTO DOS NEGROS PELA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Marcus Vinícius Fonseca

Resumo

Este artigo tem como objetivo reunir parte da bibliografia sobre os negros na historiografia educacional tentando destacar as principais características da produção que ocorre nesta área. Confere destaque a um posicionamento que mais recentemente começa a reivindicar a constituição de uma dimensão particular da historiografia e que deveria se constituir como uma história da educação dos negros. O artigo procura demonstrar os riscos inerentes a este tipo de operação no âmbito da historiografia educacional brasileira e defende a necessidade de uma mudança de postura dos historiadores no sentido de integrar de forma plena os negros à história da educação.

Palavras-chave: história da educação; negros; bibliografia; historiografia

REPORTS RELATING TO THE FORMS OF BLACK PEOPLE'S TREATMENT THROUGH THE HISTORY OF EDUCATION

Abstract

This article has as its aim to assemble a part of the bibliography on black people in the educational historiography attempting to highlight the main features of production that occurs in this field. Attention is given on the position that recently has claimed for a constitution of a particular dimension of historiography and it should be built as a history of black people education. This paper is also looking for to demonstrate the inner risks related to this sort of operation in the field of Brazilian Educational Historiography and it advocates a need for change in the posture of historians in the sense of integrating the black people to the educational history effectively.

Keywords: history of education; black people; bibliography; historiography.

APUNTES EN RELACIÓN A LAS FORMAS DE TRATAMIENTO DE LOS NEGROS POR LA HISTÓRIA DE LA EDUCACIÓN

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reunir parte de la bibliografía sobre los negros en la historiografía educacional tratando de destacar las principales características de la producción que ocurre en esta área. Confiere destaque a un posicionamiento que más recientemente comienza a reivindicar la constitución de una dimensión particular de la historiografía y que debería ser constituída como una história de la educación de los negros. El artículo procura demostrar los riesgos inherentes a este tipo de operación en el ámbito de la historiografía educacional brasileira y defiende la necesidad de una mudanza de postura de los historiadores en el sentido de integrar de forma plena a los negros a la historia de la educación.

Palabras clave: historia de la educación; negros; bibliografía; historiografía

NOTES SUR LES FORMES DE TRAITEMENT DES NOIRS PAR L'HISTOIRE DE L'ÉDUCATION

Résumé

Cet article a pour but de réunir une partie de la bibliographie sur les noirs dans l'historiographie de l'éducation afin de mettre en relief les caractéristiques principales de la production dans ce domaine. On observe une position qui commence plus récemment à revendiquer la constitution d'une dimension particulière de l'historiographie c'est à dire une histoire de l'éducation des noirs. L'on cherche à montrer les risques concernant ce type d'opération dans le contexte de l'historiographie de l'éducation brésilienne et on défend la nécessité d'un changement de position des historiens de façon à intégrer pleinement les noirs à l'histoire de l'éducation.

Mots-Clés: histoire de l'éducation; noirs; bibliographie; historiographie

Introdução

Este artigo reúne parte da bibliografia mais recente sobre os negros na história da educação tentando detectar os caminhos percorridos por esta produção e alguns aspectos relativos às dificuldades de incorporação deste tema no espectro mais geral da historiografia educacional. Em relação a esta última questão, confere destaque ao posicionamento de alguns pesquisadores que reivindicam a necessidade do surgimento de uma dimensão específica da historiografia que é denominada de história da educação dos negros.

Estabelecemos algumas considerações em relação às motivações que são apresentadas para que a produção sobre o assunto seja reunida nesta dimensão específica da história e em seguida tentamos demonstrar os riscos inerentes a este ato. Por outro lado, procuramos destacar a necessidade de uma circulação maior dos trabalhos relativos à população negra em meio aos pesquisadores da área e a necessidade de uma incorporação plena dos negros às narrativas construídas com objetivo de interpretar o desenvolvimento histórico dos processos educacionais.

Portanto, este artigo não tem a pretensão de ser uma revisão bibliográfica sobre o tema e nem tampouco um balanço geral sobre a produção que vem ocorrendo nas últimas décadas. Trata-se de uma tentativa de apontar alguns problemas que são decorrentes das dificuldades apresentadas pela historiografia educacional para incorporar a população negra em suas interpretações relativas à sociedade brasileira.

O processo de tematização dos negros na história da educação

As questões relativas à população negra ganharam destaque nos debates educacionais que passaram a ocorrer a partir dos anos de 1980. Neste debate ela era freqüentemente caracterizada por uma ênfase em análises sociológicas que procuravam demonstrar os padrões de desigualdade que acompanhavam a experiência de negros e brancos na educação brasileira. A compreensão quanto a esta diferença foi um elemento importante para conscientização acerca da reprodução das desigualdades raciais e também para a construção de um movimento que objetivava levar os pesquisadores educacionais a reconhecer a importância da categoria raça para compreensão de aspectos relativos à sociedade brasileira.

Este debate durou cerca de duas décadas e obteve avanços em meio aos pesquisadores, que em parte passaram a admitir a pertinência da categoria raça como instrumento de análise. Este reconhecimento possibilitou mudanças em relação às práticas educativas e fomentou o surgimento de pesquisas que ampliaram o nível de entendimento sobre o assunto chegando mesmo a revelar que a questão racial é um elemento estruturante da realidade social brasileira e por isso participaria com intensidade do processo educacional.

A história da educação não acompanhou de perto este movimento e ainda não há clareza quanto à importância da categoria raça – e dentro dela a população negra - como elemento a ser utilizados pelos pesquisadores desta área. Nos anos de 1990, surgiram as primeiras críticas sobre a indiferença dos pesquisadores da área em relação a esta temática que ainda continua a ter um lugar periférico na produção da maioria dos historiadores que investigam a questão educacional.

Em *Raça e Educação: uma relação incipiente*, artigo publicado em 1992 por Regina Pahim Pinto, encontramos um balanço geral das pesquisas educacionais que levavam em conta a

questão racial e uma denúncia quanto ao fato da categoria raça não ser utilizada pela maioria dos pesquisadores que atuavam na área da educação. Em meio a esta crítica dirigida aos pesquisadores da educação como um todo, a autora estabeleceu algumas considerações específicas sobre a história da educação:

A História da Educação, por sua vez, também vem ignorando sistematicamente as iniciativas de grupos negros no campo da educação, tais como a criação de escolas, centros culturais, seu engajamento em campanhas de alfabetização visando a população negra, ou mesmo suas propostas de uma pedagogia que leve em conta a pluralidade étnica do alunado” (PINTO, 1992, p. 47).

Mais de uma década depois desta denúncia quanto à indiferença dos historiadores em relação à temática relativa aos negros, Mariléia dos Santos Cruz (2005) elaborou uma análise em que permanece o mesmo sentido crítico apresentado por Regina Pahim Pinto (1992). Para ela, o final anos de 1990 se caracterizariam por ser um período em que teria se iniciado uma abordagem sobre os negros na história da educação, mas esta produção ainda estaria muito aquém das necessidades colocadas para a educação brasileira. O número de pesquisas é muito reduzido e há um sentido específico nesta produção, que, segundo ela, vem sendo encaminhada sobretudo por pesquisadores afro-brasileiros. Este fato seria uma demonstração do papel da subjetividade na produção do conhecimento em história da educação e também representaria um certo padrão de invisibilidade no tratamento conferido a este tema:

Apesar de a história da educação brasileira ter funcionado como um dos veículos de continuísmo da reprodução do tratamento desigual relegado aos negros na sociedade brasileira, não se pode negar que existe uma história da educação e da escolarização das camadas afro-brasileiras. Essa história tem sido resgatada por pesquisadores, grande parte afro-descendentes, que têm procurado

evidenciar informações que retratam as relações educativas do negro com as escolas oficiais e com o próprio movimento negro brasileiro. Esses trabalhos têm sido em sua grande maioria voltados para abordagens de períodos mais atuais da história. Diante do quadro de informações sobre a história da educação dos afro-brasileiros em épocas mais remotas, e principalmente devido à sua omissão nos conteúdos oficiais da disciplina História da Educação, torna-se necessário e urgente o incentivo a pesquisa nesta área (CRUZ, 2005, p. 30).

Entre o ato de ignorar denunciado por Regina Pahim Pinto, em 1992, e a invisibilidade constatada por Mariléia S. Cruz, em 2005, temos mais do que uma simples variação semântica na qualificação da postura dos historiadores da educação em relação ao tratamento conferido à população negra. Os dois artigos são separados por mais de uma década e, na verdade, descrevem um processo que coloca em questão as interpretações históricas construídas com objetivo de analisar os processos educacionais.

No início dos anos de 1990, havia por parte dos historiadores uma atitude sistemática de ignorar a temática racial, pois, pressupunha-se que a inserção dos negros nos espaços escolares havia se dado tardiamente. Na história da educação esta concepção se manifesta através de uma idéia que é reafirmada com certa freqüência, a de que, no período anterior ao século XX, os negros não freqüentaram escolas. De um modo geral, acreditava-se que a população negra havia penetrado nos espaços escolares apenas após a expansão das escolas públicas, na segunda metade do século XX. Estas idéias começaram a encontrar uma contestação nos trabalhos que foram realizados sobre o tema que, como veremos mais adiante, passaram a demonstrar a presença dos negros nos mais variados momentos do processo de constituição da educação e a registrá-los nas mais diversas condições que se referem ao processo educacional.

Esta produção não foi plenamente absorvida pelos pesquisadores da área que passaram a não ignorar totalmente o tema, mas demonstram uma certa resistência quanto à operacionalização das análises a partir de uma perspectiva que incorpore de forma plena a categoria raça. Esta atitude mantém vivo os marcos tradicionalmente construídos sobre a história da educação brasileira e promove uma invisibilidade dos negros, pois alimenta a crença de que, no Brasil, a educação se desenvolveu sem a construção de um padrão de relações com a questão racial.

Características da produção sobre os negros na história da educação

A presença dos negros em espaços escolares é um aspecto central da produção que vem sendo realizada sobre esta temática. O predomínio deste tema pode ser entendido como uma resposta ao padrão de invisibilidade que durante muito tempo imperou na historiografia. Desta forma, a produção que vem sendo realizada sobre esse assunto aponta para a necessidade de uma revisão da maneira como a população negra foi tradicionalmente tratada pela história da educação. O conjunto dos trabalhos produzidos sobre o tema caminha no sentido de superar uma tradição de entendimento que promoveu a invisibilidade dos negros apontando para o fato de que raça não é uma categoria periférica na construção da sociedade brasileira, mas sim, um elemento estrutural que se manifesta em todas as suas dimensões, inclusive na educação.

Este tipo de abordagem pode ser encontrado em *Professoras negras na Primeira República*, de Maria Lúcia Muller (1999). A autora toma como ponto de partida o lugar da raça nas discussões sobre a constituição da identidade nacional brasileira e a importância que neste período se atribuía à educação. Em meio aos discursos sobre a educação, detecta uma importância particular nas questões relativas ao perfil do magistério, que passou a ser

dotado de características bem específicas. Entre estas, destaca a consolidação das mulheres como principais agentes educativos e uma forte conotação moral que passou a acompanhar a presença feminina nos espaços escolares.

A partir destas características, Muller (1999) procura avaliar a presença de mulheres negras na função de professoras e até que ponto elas se aproximavam do perfil de educadora que foi construído na época. Constatou que havia professoras negras nas escolas do Rio de Janeiro, mas, em função da ausência do registro do pertencimento racial na documentação, não foi possível detectar com que regularidade elas ocuparam cargos no magistério. No entanto, as professoras negras que foram detectadas na pesquisa de Muller (1999) permitiram a análise de uma série de conflitos de natureza racial, que são reveladores do distanciamento das mulheres negras do perfil de professora idealizado na época, cujo modelo era a mulher branca tida como ideal por suas qualidades físicas e morais.

Como consequência desta preferência pelas mulheres brancas, constatou que, nos anos de 1920, houve uma série de procedimentos que foram colocados em curso nas reformas educacionais do Rio de Janeiro que dificultaram o acesso das mulheres negras ao magistério. Segundo Muller (1999), este processo de homogeneização do magistério só começaria a ser revertido a partir da década de 1950, quando houve a expansão das escolas públicas, que ampliou as possibilidades de escolarização da população negra em vários níveis.

O período que corresponde à expansão da escola pública foi tema de uma pesquisa que também se refere à presença de professoras negras no magistério. Trata-se do trabalho *Mulher negra e magistério primário: a construção da identidade racial pela representação do outro*, de Gláucia Romualdo dos Santos (2000), que aborda a questão entre os anos de 1963 e 1979, a partir da escola normal do Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG).

Este trabalho tem como ponto de partida questões semelhantes às que foram apontadas por Muller (1999), pois,

procura avaliar a presença de alunas negras na escola normal e sua relação com uma idéia tradicionalmente construída sobre o perfil do magistério que foi construído a partir de uma apropriação da imagem das mulheres brancas.

Segundo Santos (2000), a análise dos dados relativos ao Instituto de Educação de Minas Gerais confirma a idéia de que nos anos de 1960 e 1970 havia um número maior de mulheres negras nas escolas para a formação de professoras. Até os anos de 1960, o Instituto de Educação de Minas Gerais era tido como uma instituição elitista e, após este período, sua imagem foi modificada coincidindo com o aumento de mulheres negras em meio ao seu alunado.

A mudança no perfil das alunas foi acompanhada por um discurso de desqualificação da instituição. Este discurso não era explicitamente fundamentado por questões raciais, mas sim, pelo baixo capital cultural das alunas, sobretudo do ensino noturno que era freqüentado principalmente por trabalhadoras do comércio e empregadas domésticas. No entanto, para Santos (2000) a condição racial das alunas foi um elemento importante na re-elaboração da imagem da instituição e mesmo nas transformações mais recentes em torno da imagem das profissionais do magistério.

Adriana Maria P. da Silva (2000) também tratou da presença de professores negros em espaços escolares, mas construiu sua análise a partir da experiência de um mestre de primeiras letras da Corte do Rio de Janeiro, nos anos de 1850. No livro *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*, Silva (2000) procurou recuperar a experiência da escola particular de primeiras letras do professor Pretextato dos Passos e Silva, que se destacou pelo fato de ser dirigida por um homem negro e por ser freqüentada por alunos que eram da mesma condição.

Durante o processo de regularização do funcionamento das escolas da Corte, o referido professor enviou uma série de documentos ao Inspetor Geral de Instrução Primária e Secundária

alegando que as crianças de cor eram discriminadas nas aulas dos professores brancos. Isto justificava a manutenção da sua escola, pois nela as crianças não eram submetidas a este tipo de constrangimento por ser ele um professor negro. Para garantir a continuidade do funcionamento de sua escola, Pretextato apresentou listas de pais que apoiavam sua iniciativa de manter uma escola para meninos pretos e pardos, e testemunhos que avalizavam seu comportamento pessoal e profissional. Há indícios de que o professor foi bem sucedido em sua iniciativa, pois a escola comandada por ele funcionou por pelo menos vinte anos, ou seja, entre os anos de 1850 e 1870.

Neste sentido, a experiência da escola particular comandada por Pretextato dos Passos e Silva indica a presença de professores e alunos negros nas escolas de primeiras letras do século XIX, e também os conflitos que se davam na convivência de diferentes grupos raciais nos espaços escolares. Revela ainda a diversidade de experiências educacionais no século XIX e a anterioridade dos conflitos pedagógicos em torno da questão racial.

A presença de alunos negros nas escolas do século XIX é um dos temas que vem mobilizando as pesquisas em história da educação e foi objeto de análise de Cynthia Greive Veiga (2004), em *Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX*. Este artigo tenta detectar a presença de crianças não brancas nas escolas mineiras do século XIX e para isso utiliza um conjunto de documentos que permitiram à pesquisadora concluir que não havia discriminação de cor para a matrícula nas aulas de instrução elementar em Minas, pois não era incomum encontrar crianças negras e mestiças em meio ao público que gravitava em torno das aulas de primeiras letras. Apontou também a necessidade de uma reelaboração teórica da história da educação afirmando a necessidade das pesquisas colocarem em destaque a diversidade de sujeitos no interior das escolas. Esta questão é apresentada quando trata do problema da precariedade das escolas do século XIX:

Talvez seja possível pensar esses problemas relacionados a sua clientela, ou seja, alunos pobres, negros e mestiços e as expectativas e o imaginário produzido pelas elites em relação às condições de educação desses grupos sociais. De qualquer forma tem-se como conclusão fundamental que a história da educação e a história da escola não se faz sem uma problematização de seus sujeitos, alunos e professores. (VEIGA, 2004)

A presença de crianças negras nas escolas do século XIX também foi tema da pesquisa de Surya Aaronovich Pombo de Barros (2005). Em *Negrinhos que por ahí andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*, Barros (2005) se propõe a investigar a presença de alunos negros nas escolas públicas da cidade de São Paulo e as experiências vivenciadas por este grupo no processo de escolarização. A análise é dirigida em direção a dois aspectos específicos: o discurso das elites intelectuais que defendiam a necessidade de escolarização do povo e o interesse da população negra em ter acesso à cultura letrada.

Em relação ao primeiro aspecto, Barros (2005) demonstra que o processo de transformação social que se encontrava em curso na segunda metade do século XIX - que, entre outras coisas, estava relacionado ao fim da escravidão - deu origem a um discurso enfático de defesa da educação como instrumento capaz de disciplinar a sociedade. Uma das dimensões deste discurso voltava-se especificamente para a população negra, que era tida como um grupo que necessitava ser submetido à educação como forma de preparação para sua inserção na sociedade organizada a partir do trabalho livre. Tal fato tornou possível um conjunto de políticas que favoreceram a presença de crianças negras nas escolas de São Paulo.

No entanto, este movimento em favor da escolarização da população negra não ocorreu sem conflitos, pois esta presença incomodava alguns professores. Barros (2005) chega mesmo a citar propostas semelhantes à experiência narrada por Silva (2000), através da figura do professor Pretextato. Em São Paulo,

havia casos de professores que se sentiam incomodados com o fato dos “filhos de africanos” serem educados junto com alunos brancos. Isto os levou a reivindicar escolas que mantivessem estas crianças separadas.

Como contraponto desta análise que revela o papel que as elites atribuíam à educação, Barros (2005) analisa também uma série de experiências que são reveladoras do interesse da comunidade negra em se inserir na cultura letrada. Deste modo, a presença negra nas escolas não se justificaria somente em termos dos interesses da elite, mas também a partir da percepção e atuação dos negros que reconheciam a importância da educação para seu processo de afirmação no espaço social.

Esta questão recebe uma abordagem específica no artigo *A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX*, de Zeila de Brito Fabri Demartini (1989). Ela toma como principal fonte de pesquisa o depoimento do intelectual negro José Correia Leite, que foi um importante personagem na organização da imprensa negra que atuou em São Paulo, na primeira metade do século XX. Através deste depoimento avalia o comportamento dos negros na concorrência com outros grupos (principalmente imigrantes) e o papel conferido à escolarização em meio a este processo.

A análise revela que a educação foi um instrumento importante na construção das ações desenvolvidas pela comunidade negra e um elemento de aglutinação das bandeiras de luta construídas pelas organizações negras paulistas:

Os negros percebiam sua condição de segmento discriminado na sociedade paulistana, e a situação de disputa em que se achavam inseridos ao lado de grupos imigrantes em situação econômica semelhante. Alguns deles, que passaram a organizar-se em entidades negras, achavam que o caminho para a ascensão social era a escola, mas sua própria vivência como elementos discriminados os levava a cogitar que eles próprios tinham que batalhar por esta causa. De um lado, porque a República criava muitas escolas, e muitos negros

freqüentavam escolas públicas, mas havia entraves colocados por estas escolas ao processo de escolarização dos negros pertencentes a famílias mais pobres, ou sem família; de outro lado, porque verificavam que havia uma acomodação de parcela desta população às condições impostas pela escravidão, uma quase aceitação do fato de não ter seus direitos (como o da escolaridade obrigatória e gratuita) efetivados. (DEMARTINI, 1989, p.60)

Os mesmos elementos destacados por Barros (2005) e Demartini (1989) podem ser encontrados na pesquisa de José Antônio dos Santos (2002) sobre os negros da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, na passagem do século XIX para o século XX. Em *Etnicidade nação e cultura: intelectuais negros – educação e militância*, Santos (2002) utiliza os jornais produzidos pela imprensa negra pelotense para recuperar a atuação de intelectuais e o papel que a escolarização desempenhou nas ações em defesa dos interesses da comunidade negra.

Os jornais exibiam uma série de biografias de personalidades negras e Santos (2002) as utiliza para demonstrar como as histórias de vida de negros escolarizados eram apresentadas com intuito de demarcar a importância da educação no processo de afirmação na sociedade. As biografias também foram utilizadas para analisar a dinâmica dos jornais e dos indivíduos que os construíram, pois estes os fizeram a partir da apropriação dos códigos utilizados pela elite pelotense, entre os quais se destacava a valorização da educação como elemento fundamental no processo de afirmação social. Numa perspectiva mais ampla, os jornais revelam a importância da educação na luta dos negros pelotenses que vivenciaram a transição do escravismo para a sociedade livre.

A relação entre escolarização, intelectuais e entidades negras é também tematizada no trabalho de Jeruse Romão (2005) sobre o Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro dos anos de 1940. Em *Educação, instrução e alfabetização no teatro experimental do negro*, Romão (2005) resgata a tentativa do TEN

de interferir na produção cultural através da formação de atores negros e da promoção de manifestações artísticas que expressassem a visão de mundo destes indivíduos. As iniciativas do TEN não estavam restritas às artes e eram articuladas a partir de uma noção ampla de cultura, o que fazia desse grupo uma organização que funcionava como uma frente de lutas em torno da questão racial. Entre as iniciativas levadas a cabo por este grupo, destacavam-se aquelas que foram construídas com objetivos educacionais. Elas foram amplas, pois congregaram iniciativas em diversas dimensões, como criação de escolas, desenvolvimento de uma pedagogia específica, campanhas contra o racismo das escolas oficiais, artigos sobre a importância da educação no jornal do grupo e críticas em relação ao preconceito racial nos livros didáticos.

As pesquisas em história da educação vêm demonstrando de forma a presença dos negros nos diferentes momentos de constituição do processo educacional e têm destacado a sua presença nas mais variadas funções, ou seja, na condição de alunos, professores e intelectuais que se ligavam de diferentes formas à educação.

Além destes trabalhos que resgatam a relação entre os negros e a educação, há outros que também se preocupam com este tema, associando-o a aspectos teóricos em relação à história da educação. Esta questão foi abordada por Eliane Peres (2002) através de uma problematização sobre as fontes de pesquisa. No artigo *Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação no tratamento das questões étnico-raciais* ela analisa a presença de alunos negros em uma escola criada junto a Biblioteca Pública de Pelotas, no Rio Grande do Sul, no final do século XIX. Na documentação da escola não havia registro da condição racial dos alunos e Peres (2002) só conseguiu constatar a presença dos negros quando cruzou os registros escolares com outras fontes, como os jornais de entidades negras. O cruzamento revelou que alguns alunos que passaram pela escola da Biblioteca

Pública tornaram-se importantes figuras das entidades negras da cidade de Pelotas.

Segundo Peres (2002), as fontes nem sempre registram o pertencimento racial dos educandos e isto deve ser tomado como um desafio pelos pesquisadores, que devem se manter atentos para superar os limites estabelecidos pelos registros documentais e se preocupar com a problematização acerca dos sujeitos para os quais determinadas propostas educacionais eram dirigidas.

A reflexão sobre fontes documentais também é apresentada no artigo *A população negra nos conteúdos ministrados no curso normal e nas escolas públicas primárias de Pernambuco, de 1919 a 1934*, de Lídia Nunes Cunha (2005). A autora elabora uma análise dos programas de ensino que foram utilizados em Pernambuco e afirma, a partir da maneira como a questão racial é tratada neste material, a importância de se levar em consideração o contexto no qual se inscrevem as práticas educativas, pois, segundo ela, sempre há referências que permitem compreender aspectos que se dirigem aos negros.

As questões teóricas também se tornaram objeto de problematização e foram examinadas a partir de uma crítica ao tratamento que os negros recebem na historiografia educacional brasileira. No artigo *A arte de construir invisível: o negro na historiografia educacional brasileira*, Marcus V. Fonseca (2007) elaborou uma análise que procura elucidar as formas de tratamento dos negros na história da educação. Para isso, utiliza como referência as diferentes configurações que a disciplina recebeu ao longo do seu processo de estabelecimento destacando que desde de seu surgimento, nos anos de 1940, a história da educação tem se caracterizado por uma ausência de reconhecimento dos negros como sujeitos, tendendo a tratá-los apenas na condição de escravos e, em consequência disso, sem relações com os processos de educação formal. O artigo procura demonstrar como esta percepção é problemática e aponta para a necessidade de um amplo processo de revisão da historiografia educacional e suas formas de tratamento da população negra..

Esta questão reaparece em um outro trabalho deste mesmo autor, onde recebe um tratamento mais aprofundado. Em *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*, Fonseca (2007b) demonstra a partir de uma documentação censitária que os negros eram a maioria dos alunos das escolas de primeiras letras da província de Minas Gerais, nos anos de 1830, e isso estava em absoluta correspondência com a sua superioridade em meio à população mineira, onde eram maioria inclusive entre os indivíduos livres. A partir da semelhança entre o perfil da população e o perfil racial das escolas mineiras o trabalho destaca a importância de se confrontar dados demográficos e escolares e contesta algumas idéias que estão consolidadas na história da educação, entre elas a de que a escravidão impedia os negros de freqüentarem escolas. A escravidão é interpretada como uma instituição relativamente eficaz para manter os negros escravizados distantes dos processos de escolarização, mas, por outro lado, é apresentada como algo que estimulava os negros livres a se inserirem nas escolas como forma de reafirmar sua condição de pessoas livres. Desta forma, a supremacia numérica dos negros nas escolas mineiras é explicada a partir de dois aspectos: seu predomínio na estrutura demográfica e sua importância como instrumento de afirmação social dos negros de condição livre.

Em outro trabalho deste mesmo autor a questão é analisada a partir de uma perspectiva centrada na figura dos negros escravizados. Em *Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica*, Fonseca (2002b) estabelece considerações teóricas que procuram demonstrar a importância de se incorporar a educação nas abordagens em relação à escravidão. A aproximação entre escravidão e educação foi construída a partir de uma percepção que considera que uma das questões fundamentais do processo de re-elaboração da historiografia da escravidão é a recuperação da subjetividade dos indivíduos escravizados. Neste sentido, o artigo procura demonstrar a importância da educação em abordagens sobre a escravidão, pois, mesmo na condição de cativo, os indivíduos eram formados por práticas que podem ser

interpretadas como educacionais e que demonstram uma intencionalidade por parte dos senhores e também da comunidade de escravos a que os novos cativos estavam ligados.

Neste sentido, o artigo defende uma aproximação entre a história da educação e a história da escravidão e uma elaboração de ordem conceitual que permita a construção de uma noção de educação que seja capaz de dar sentido ao processo de formação dos trabalhadores escravizados. O conceito de educação é apresentado como algo que permite a ampliação das possibilidades de compreensão dos escravos como sujeitos e também as diferentes formas de dominação e subalternização que foram mobilizadas para o funcionamento do escravismo.

Os escravos também vêm sendo abordados a partir das suas relações com as práticas de escrita e leitura. Em geral, estes trabalhos se caracterizam por uma abordagem típica da história da escravidão¹, mas são importantes na compreensão dos aspectos históricos que se referem à educação demonstrando a existência de escravos ligados às práticas de leitura e escrita e o uso destas habilidades como um elemento capaz de ampliar a margem de liberdade destes indivíduos no mundo escravista. Este tipo de análise pode ser visto nos trabalhos de Wissenbach (2002), Paiva (2000) e Moysés (1994).

Os escravos também são abordados na condição de sujeitos que gravitavam em torno de um universo que conferia poder aos códigos de leitura e escrita com os quais os cativos, apesar de não terem domínio, aprendiam a estabelecer relações. Estas abordagens são construídas a partir das diferentes formas de apropriação que os indivíduos escravizados desenvolviam para

¹ A história da escravidão passa por um processo de mudança em relação às perspectivas teóricas que o orientam os pesquisadores que atuam neste campo. Dentre elas, destaca-se a tentativa de recuperar a dimensão subjetiva dos trabalhadores escravizados. Neste sentido, a inserção dos escravos na cultura letrada é utilizada como uma forma de caracterização das apropriações realizadas pelos indivíduos que se encontravam ligados à escravidão.

garantir uma mobilidade nos centros urbanos, como demonstra Hébrard (2003) em relação à Bahia, no século XIX, e Moraes (2007) em relação aos negros livres e aos libertos de Minas Gerais, no século XVIII. Esta questão também aparece em Souza (2001), que a trata a partir da trajetória de Luiz Gama que foi um indivíduo que saiu da condição de escravo para se tornar um importante intelectual no contexto do movimento abolicionista. Segundo Souza (2001, p. 103):

Assim, sendo de alto custo e de rara possibilidade o aprender a ler e a escrever individualmente, os escravos não deixaram de perceber coletivamente a natureza da escrita e as possibilidades que abre. Assim recorriam a escribas, negros, brancos libertos ou cativos, para realizar os gestos inéditos proporcionados pela escrita – gerência de ganhos, confecção de listas, documentos, e a comunicação com ausentes.

Outra dimensão importante da produção sobre os negros na história da educação encontra-se nas considerações em relação às diferentes configurações que a questão recebeu no processo de transformação da sociedade brasileira. Em *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil*, Fonseca (2002a) analisou o processo de desmantelamento do trabalho escravo como um período que demarcou o surgimento de uma nova concepção de educação em relação aos negros.

No processo de abolição da escravidão a educação deixou de ser considerada a partir do mundo privado e passou a adquirir um sentido estratégico na transição para a sociedade livre. Políticos, intelectuais e senhores de escravos passaram a reivindicar e a propor a educação como um importante mecanismo para garantir que os ex-escravos e seus descendentes continuassem a exercer funções no mundo do trabalho e assim minimizar o impacto político que estes sujeitos poderiam desempenhar no processo de transformação social que ocorria na segunda metade do século XIX. Estas propostas tiveram uma evolução muito

pequena do ponto de vista da prática, mas, como discurso relativamente consensual entre as elites, representaram o papel disciplinar assumido pela educação, que passou a ser concebida como um importante instrumento na continuidade da hierarquia racial e social construída ao longo do escravismo.

Na mesma perspectiva segue o trabalho *Igualdade y libertad, pluralismo y ciudadanía: el acceso a la educación de los negros y mestizos en Bahia*, tese de doutorado apresentada à Universidad Católica de Córdoba, na Argentina, por Jacy Maria Ferraz de Menezes (1997). Este trabalho procura compreender as desigualdades educacionais na Bahia, e para isso realiza uma análise sobre as condições de acesso de negros e brancos à educação, entre os séculos XIX e XX.

Menezes (1997) constata através da análise de censos demográficos e escolares que desde o século XIX houve um acesso crescente dos indivíduos às escolas, mas em nenhum momento isto significou uma configuração democrática da educação, que tanto no escravismo como na sociedade livre sempre esteve marcada por um padrão de desigualdade quando se considera a população branca e a negra. Este fato se verifica tanto na sociedade baiana como na brasileira, pois, a pesquisa leva em conta dados relativos à Bahia e os analisa a partir de uma comparação com outros Estados brasileiros. Neste sentido, a análise de Menezes (1997) revela que apesar das diferentes configurações assumidas pela educação, há uma continuidade no padrão de desigualdade de acesso em relação aos dois principais grupos raciais que compõem a sociedade brasileira.

No artigo *Quantos passos foram dados... A questão da raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003*, Lucimar Rosa Dias (2005) procura compreender as tensões raciais a partir de sua manifestação no processo de legislação e normatização do campo educacional. Constata que já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 havia um tratamento da questão racial, mas este tratamento foi mantido no limite dos recursos argumentativos que buscavam estabelecer a escola como

princípio básico de um ideal igualitário que não poderia admitir distinções de classe e raça no acesso à educação.

Nos debates do período relativo à LDB/1961, a questão racial desempenhou um papel secundário e não foi objeto de qualquer análise cujo foco fosse a preocupação específica com as desigualdades raciais e as demandas educacionais da população negra. Foi apenas mais um dos argumentos utilizados na defesa da idéia de ensino público que mobilizava os intelectuais daquela época.

Este conjunto de trabalhos que apresentamos e que representa uma parte da produção sobre os negros na história da educação mais recente, indica as diversas formas de relação entre a educação e a população negra. Eles apontam para a existência de indícios claros de que há uma tradição de tratamento da questão racial no desenvolvimento histórico da educação e que a própria educação se fez a partir de um certo nível de entendimento e tratamento dos problemas relativos às condições raciais da sociedade brasileira².

No entanto, esta tradição que vem sendo resgatada pela produção mais recente não tem merecido a atenção da maioria dos historiadores da educação, que em geral mantêm esta questão fora de suas análises. Esta produção ainda não foi capaz de sobrepor o padrão de tratamento dos negros na historiografia educacional, que se manifesta através de abordagens que tratam os indivíduos deste grupo apenas na condição de escravos e por isso afirma de forma recorrente que nos séculos XVIII e XIX os negros não freqüentaram escolas.

O processo de interpretação da história que reduz os negros à condição de escravos é parte de um movimento que

² É preciso chamar a atenção para o fato de que estes trabalhos se referem aos séculos XIX e XX e que não encontramos pesquisas em relação aos períodos anteriores. Isto indica a necessidade de se empreender um esforço maior para que os períodos anteriores se tornem objeto das análises que consideram as relações entre os negros e a educação.

possui um nível de consolidação que está além da historiografia educacional. Na verdade, trata-se de um elemento através do qual foi construída a concepção que nega a dimensão subjetiva aos negros e isso é uma característica da própria historiografia brasileira:

O negro foi freqüentemente, associado na historiografia brasileira, à condição social do escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro-escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas (CORREA, 2000, p. 87).

Neste sentido, a idéia de que o negro não foi à escola seria a versão da historiografia educacional para aquilo que Chalhoub (1990) chamou de *teoria-do-escravo-coisa*, que representa a desconsideração de qualquer dimensão subjetiva em relação aos negros escravizados. Desta forma, a história da educação se apropriou desta imagem dos escravos e a estendeu aos negros livres que passaram a ser interpretados a partir da legislação que era dirigida aos cativos, ou seja, não podiam freqüentar escolas. Este tipo de interpretação representa uma negação veemente da legislação do Império, que, como vem sendo indicado pelas pesquisas, em nenhum momento estabeleceu restrições para que os negros freqüentassem escolas, pois o que havia era um impedimento de que os escravos fossem admitidos em escolas públicas (VEIGA, 2007)³.

³ Uma das exceções encontra-se no Rio Grande do Sul, onde, segundo MOACYR (1940, p. 431), foi estabelecido em 1837 que “são proibidos de freqüentar as escolas públicas: 1º. as pessoas que padecerem de moléstias

Nas últimas décadas, a história da educação vem modificando seus procedimentos de construção das análises e vem se tornando cada vez mais criteriosa quanto ao processo de produção do conhecimento, mas, este movimento de transformação não foi capaz de modificar a atitude da disciplina para com as formas de abordagem sobre a população negra. No período mais recente, a historiografia da educação reformulou vários aspectos relativos às formas de interpretação dos processos que envolveram a educação, mas, no que diz respeito à temática racial, há uma linha de continuidade que demonstra que a renovação da disciplina incorporou o padrão de tratamento que praticamente exclui a população negra do movimento histórico que dá forma aos processos educacionais⁴.

A história da educação dos negros ou os negros na história da educação?

Os trabalhos sobre a história da educação que tratam da relação dos negros com os espaços educacionais apresentados anteriormente estão relacionados com o movimento de

contagiosas; 2º. Os escravos e pretos ainda que sejam livres ou libertos” (MOACYR, 1940, p. 431). Mas, a situação do Rio Grande do Sul merece uma investigação específica, pois pode ser que o termo *preto* signifique africano. No século XIX, era absolutamente comum a utilização desta terminologia em relação aos africanos. Este uso particular da terminologia *preto* desapareceu da linguagem nos períodos posteriores e freqüentemente não é problematizada pela historiografia. Por outro lado, deve-se considerar que impedir negros livres de freqüentarem escolas era inconstitucional e as discussões sobre a improcedência deste tipo de restrição não era incomum no século XIX. Portanto, pode ser que esta determinação se referia exclusivamente aos africanos que – embora com implicações raciais – teriam sido deslocados para a condição de estrangeiros.

⁴ Para uma análise dos processos de transformação da historiografia educacional brasileira ver: Carvalho (1998), Lopes e Galvão (2001), Vidal e Faria Filho (2005). No que se refere ao processo de incorporação dos negros aos processos de mudança da história da educação ver: Fonseca (2007a).

transformação pelo qual passa a história da educação nas últimas décadas. No entanto, eles representam uma dinâmica específica deste processo, pois contestam a tradição de invisibilidade que caracteriza os negros na historiografia e tentam estabelecer um padrão de entendimento que procura recuperar, em diferentes momentos, as tensões raciais que se manifestaram no campo educacional. Embora tenham obtido resultados satisfatórios no que se refere à demonstração quanto à recorrência de aspectos raciais em diferentes momentos da educação brasileira, esta produção é muito dispersa e não conseguiu modificar os padrões de análise da historiografia, que na maioria das vezes constrói suas interpretações sem levar em conta aspectos ligados a raça, e sem levar em consideração a população negra como um dos sujeitos ligados ao processo de constituição da sociedade brasileira.

Em consequência disso, os trabalhos relativos à população negra ocupam um lugar periférico na historiografia educacional, o que, por sua vez, tem determinado o surgimento de um movimento de reivindicação para que esta produção seja aglutinada em torno de uma dimensão específica da historiografia. Esta dimensão que vem sendo proposta por alguns pesquisadores é denominada de história da educação dos negros.

As características deste tipo de abordagem historiográfica aparece da seguinte forma em um livro organizado por Jeruse Romão (2005, p. 12) que se intitula *A história da educação do negro e outras histórias*:

A história da educação do negro é a história de um conjunto de fenômenos. Parte da concepção do veto ao negro; percorre os caminhos da articulação de consciências dos seus direitos; ressignifica a função social da escola; recupera os movimentos, no sentido de organizar suas experiências educativas e escrever uma história social da educação do negro; e revela imagens que não conhecemos, embora os indicadores sociais e educacionais nos dêem muitas pistas acerca da moldura do quadro.

Os processos de exclusão social revelados pelas estatísticas educacionais e a invisibilidade da população negra na historiografia devem ser tomados como elementos básicos para a construção desta reação que motiva a construção de uma história da educação dos negros. Mas, trata-se de uma questão que é discutível, pois está implícito neste procedimento o fato de que as questões relativas aos negros deveriam ser abordadas no âmbito desta dimensão da história, enquanto que as análises voltadas para outros temas estariam praticamente isentas de fazer referências à questão racial. Este tipo de procedimento estabelece uma operação que tornaria a questão racial isolável e minimizaria o impacto do tema na educação.

Por outro lado, sugere que o tema deveria ficar entregue a um conjunto de pesquisadores que se especializariam no tratamento do assunto, enquanto que os demais prosseguiriam tratando da forma convencional os seus objetos e temas de análise. É o que sugere Mariléia dos S. Cruz (2005), que também se posiciona em relação à questão afirmando a história da educação do negro como parte do processo de construção da identidade dos membros deste grupo racial:

Nesta perspectiva, não nos parece arbitrário que afro-brasileiros desenvolvam estudos que contemplem sua própria história, tanto porque os estudos nas Ciências Sociais possuem uma objetividade marcada por elementos de subjetividade, quanto porque há atualmente uma imensa necessidade de estudos voltados para a realidade afro-descendente brasileira. A partir de estudos nessa perspectiva, poderemos construir uma nova história da educação no Brasil, que deve ser uma história em que se possa ver a narrativa de acontecimentos por vários observadores, sendo conhecido o lugar que cada um ocupa como historiador e como participante do contexto estudado. Assim, teremos um fenômeno histórico visto por vários ângulos, a partir de várias lentes. Uma história nessa perspectiva merece ser denominada história brasileira. (CRUZ, 2005 p. 25)

Estes posicionamentos não podem ser compreendidos sem se levar em conta o lugar secundário que a população negra ocupa nas interpretações da história e da história da educação. Neste sentido, cumprem um papel fundamental em relação a um processo de caracterização da produção elaborada no interior da área e em relação à necessidade de uma discussão sobre o lugar do negro na historiografia brasileira.

No entanto, não se pode deixar de considerar que é inerente a esta reivindicação o risco da história da educação do negro ser tomada como um adendo da história da educação. Assim, não caberia aos historiadores uma atenção com o papel desempenhado pela questão racial no processo de constituição da sociedade brasileira e suas manifestações na educação, mas sim, apoiar o surgimento de uma dimensão específica da história que em nada comprometeria a forma convencional de se construir as abordagens em história da educação⁵.

Uma análise detida da produção mais recente em relação à população negra indica que é necessária a incorporação plena dos negros à história da educação e o conjunto dos pesquisadores que atuam nesta área precisa levar em conta esta questão, independente dos objetos que tomam para análise. A questão racial e dentro dela a população negra, é elemento central na constituição da sociedade brasileira, por isso trata-se de algo que está relacionado com as mais diferentes dimensões do desenvolvimento dos processos educativos. Portanto, entre os

⁵ Este procedimento em torno da reivindicação de uma dimensão particular da historiografia assemelha-se àquele que tem sido acionado para legitimar as políticas de ação afirmativa, cujo objetivo é o estabelecimento de regras dirigidas a um grupo específico com objetivo de combater o padrão de desigualdade racial que marca a sociedade brasileira. Mas, deve-se considerar que o que vale para o mundo da política não necessariamente tem validade no campo da epistemologia. A dimensão política e a epistemológica estão relacionadas, mas, a rigor, são de natureza distinta, pois, enquanto a primeira esta relacionada com as questões que se referem à construção da igualdade, a segunda está relacionada com as questões que se referem ao problema da verdade.

vários sentidos que podem ser dados à história da educação, podemos dizer que ela é a história dos processos de incorporação dos negros à sociedade brasileira, assim como a história da população negra pode ser entendida como a história dos diferentes papéis desempenhados pelas práticas educativas no processo de construção do Brasil como nação. Lidar com esta dupla dimensão do movimento histórico é um desafio para aqueles que tratam da questão educacional, pois abordagens deste tipo são fundamentais para que as narrativas históricas possam descrever a singularidade dos processos educacionais desenvolvidos no interior da sociedade brasileira.

Considerações finais

Na segunda metade dos anos de 1990 surgiu uma produção que trata da população negra na história da educação. Esta produção foi uma resposta a maneira convencional de tratamento do tema no interior desta disciplina e teve como motivação básica a tentativa de demonstrar que os negros estiveram ligados aos processos de educação formal. Além desta tentativa de demonstrar a ligação da população negra com a educação, esta produção também se desdobra em uma análise crítica que aborda aspectos que se referem a temas como fontes de pesquisas e aspectos teóricos que orientam produção historiográfica.

Esta produção ainda não teve o impacto necessário para que a população negra seja de fato incorporada como sujeito nas análises realizadas no âmbito mais geral da história da educação e nem tampouco para que a temática racial seja um dos aspectos considerado pelos historiadores que investigam os processos educacionais. Como consequência disso, vem surgindo a reivindicação de que é necessário o estabelecimento de uma modalidade específica da historiografia educacional para o tratamento deste tema. Esta reivindicação expõe o campo

representado pela história da educação a uma interpelação política legítima e indica os pressupostos ideológicos que guiaram – e guiam - a suas interpretações acerca da sociedade brasileira. Mas, esta reivindicação carece de uma fundamentação epistemológica, pois a questão racial deve ser operacionalizada a partir de uma percepção que reconheça seu nível de participação na sociedade brasileira. Desta forma, não se trata apenas de criar mecanismos que contemplem a população negra, mas o reconhecimento da raça como um elemento primordial no desenvolvimento histórico do Brasil. Isto, por sua vez, determinaria uma interpretação da educação a partir de suas relações com os diferentes grupos raciais que participaram do processo de construção da sociedade brasileira.

Referências

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahí andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação/USP, 2005.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

CHALHOUB, S. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORREA, Silvio M. de Souza. O negro e a historiografia brasileira. *Revista Ágora*. Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: Romão, Jeruse (org.). In: *História da*

educação dos negros e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

CUNHA, Lídia Nunes. A população negra nos conteúdos ministrados no curso normal e nas escolas públicas primárias de Pernambuco, de 1919 a 1934. In: Romão, Jeruse (org.). In: **História da educação dos negros e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século. In: **Revista da ANDE.** SP, n. 14, 1989.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais – LDB de 1961 à Lei 10.639, de 2003. In: ROMÃO, Jeruse (org.). **História da educação dos negros e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

FONSECA, Marcus V. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, n.13. SP: Sociedade Brasileira História da Educação (www.sbhe.org.br), 2007a.

_____. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil.** Bragança Paulista SP: Ed da Universidade São Francisco, 2002a.

_____. Educação e Escravidão: um desafio para a análise historiográfica. In: (2002). In: **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 4. São Paulo: Sociedade Brasileira da História da Educação (www.sbhe.org.br), 2002b.

_____. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. São Paulo: Tese de doutoramento FE-USP, 2007b.

HEBRARD, Jean. **Les esclaves brésiliens dans la culture écrite: Effets des écritures administratives sur le statut social et juridique des esclaves (Bahia, XIXe siècle)**. Michigan/EUA: mimeografado, 2003.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MENEZES, Jacy Maria Ferraz de. **Igualdade y libertad pluralismo y cidadania: el acceso a la educacion de los negros y mestizos em Bahia**. Córdoba/Argentina: Universidade Católica de Córdoba (Tese de doutorado), 1997.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias: subsídios para a História da educação no Brasil (1834-1889)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias: subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. (2.v).

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. **Revista Brasileira de Educação**, n. 36, 2007.

MOYSÉS, Sarita Affonso. Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil dos século XIX. In: **Revista Educação e Sociedade**. Campinas: UNICAMP, n. 48, 1994.

MÜLLER, Maria Lúcia. Professoras negras na Primeira República. In: **Cadernos PENESB: Relações raciais e educação alguns determinantes**. Niterói/RJ: Intertexto, 1999.

PAIVA, Eduardo França. **Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa**. Belo Horizonte: mimeografado, 2004

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Sociedade Brasileira da História da Educação, julho-dezembro, n. 4., 2002

PINTO, Regina Pahim. Raça e educação: uma articulação incipiente. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 80, 1992.

ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro. In: ROMÃO, Jeruse (org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

SANTOS, Gláucia Romualdo dos. Mulher negra e magistério primário: a construção da identidade racial pela representação do “outro”. In: **Educação em Revista: Educação e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2000.

SANTOS, José Antonio (2005). Etnicidade, nação e cultura: intelectuais negros – educação e militância. In: **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação**. www.sbhe.org.br - acessado em 05-10.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e Pardos na Corte**. Brasília: Editora Plano, 2000.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. O Preto no Branco: a trajetória de escritor de Luiz Gama. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo (org.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Ed. da USP, 2001.

VEIGA, Cynthia Greive. Crianças negras e Mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX. In: **Congresso brasileiro de história da educação**, 3., 2004, *Anais*. Curitiba: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Sociedade Brasileira da História da Educação, julho-dezembro, n. 4., 2002.

<p>Marcus Vinícius Fonseca é Mestre em Educação pela UFMG, Doutor em Educação pela USP e Pós-doutorando em Educação pela UFMG.</p>
--

Data de recebimento: 12/11/2009

Data de aceite: 20/02/2009